



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO Nº 0073418-37.2011.8.17.0001 (309467-7)

APELANTE : KLEYTON CORREIA SILVA  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA  
CONVOCADO  
COMARCA : CAPITAL - 2ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS

---

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. NEGATIVA DE AUTORIA. DESCABIMENTO. DEPOIMENTOS DE POLICIAIS. VALOR PROBANTE. AGENTE QUE CONFESSOU NA DELEGACIA, NA FRENTE DO PAI, TRAFICAR DROGAS DESDE OS DEZESSEIS ANOS DE IDADE E NÃO ARROLOU TESTEMUNHAS DE DEFESA. EXACERBAÇÃO DA PENA. INOCORRÊNCIA. REPRIMENDA FIXADA DE ACORDO COM OS DITAMES DOS ARTS. 59 E 68 DO CP. FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO PARA CUMPRIMENTO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE EM FACE DA REPRIMENDA APLICADA E DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação nº 0073418-37.2011.8.17.0001 (309467-7)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife,

10 Junho 2014

**JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA**  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

APELAÇÃO Nº 0073418-37.2011.8.17.0001 (309467-7)  
APELANTE : KLEYTON CORREIA SILVA  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA  
CONVOCADO  
COMARCA : CAPITAL - 2ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS  
SANTOS

---

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação interposto por **KLEYTON CORREIA SILVA** contra a sentença de fls. 99/107, que o condenou a pena definitiva de 05 anos e 06 meses de reclusão e 520 dias multa, a ser cumprida no regime inicialmente fechado, por infração ao art. 33 da Lei nº 11.343/06 (tráfico ilícito de drogas).

O apelante apresentou razões recursais às fls. 116/122, alegando, em resumo, o seguinte: negativa de autoria, sob o argumento de que a prova testemunhal acusatória "deve ser recebida com extrema reserva"; exacerbação da pena aplicada em virtude do gozo de condições pessoais favoráveis; cabimento da minorante prevista no art. 33, §4º e do regime aberto para o cumprimento da reprimenda.

Pugna, ao final, pela sua absolvição e, alternativamente, pela redução da pena para 02 anos e 06 meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, possibilitada a sua substituição por pena restritiva de direito.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

Pleiteia, ainda, o direito de recorrer em liberdade.

O representante ministerial apresentou contrarrazões às fls. 131/132 requerendo a manutenção da decisão recorrida em todos os seus termos, negando-se provimento ao recurso.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, ofertou parecer às fls. 135/142, opinando pelo não provimento do apelo.

É o relatório. À Revisão.

Recife, 19 de setembro de .

  
**Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA**  
**Relator Convocado**



25



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

APELAÇÃO Nº 0073418-37.2011.8.17.0001 (309467-7)

APELANTE : KLEYTON CORREIA SILVA  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA  
CONVOCADO  
COMARCA : CAPITAL - 2ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS  
SANTOS

**VOTO**

Conforme relatado, **KLEYTON CORREIA SILVA** apela contra a sentença de fls. 99/107, que o condenou a pena definitiva de 05 anos e 06 meses de reclusão e 520 dias multa, a ser cumprida no regime inicialmente fechado, por infração ao art. 33 da Lei nº 11.343/06 (tráfico ilícito de drogas).

As teses defensivas são: 1) negativa de autoria; 2) exacerbação da pena; 3) cabimento do regime aberto para o cumprimento da pena.

Pleiteia o direito de recorrer em liberdade.

Pois bem.

Narra a denúncia que na manhã do dia 03/12/11 um usuário de entorpecentes foi abordado por policiais e disse ter adquirido uma pedra de crack ao apelante, descrevendo-o. Em razão disso, os milicianos passaram a fazer rondas na localidade à procura do apelante e logo o identificaram. Ao perceber a presença da polícia, o apelante tentou se evadir, mas foi capturado. Com ele foi encontrado 40 pedras de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

crack (12,285 gramas), R\$ 60,00 em dinheiro e dois relógios da marca TECNET.

Ainda segundo a peça acusatória, o apelante está envolvido com o tráfico de drogas desde os 16 anos de idade e na delegacia, criou tumulto, danificando o Boletim de Ocorrência.

Examino:

O apelante nega ser o proprietário do entorpecente apreendido. Segundo o apelante, a droga referida não estava com ele, mas em algum lugar "desconhecido" e a polícia encontrou.

O PM Leonildo Marçal Pereira, em juízo, esclareceu: "que chegou até o acusado em razão de ter abordado um usuário (Emício Julio Gomes/ fls. 15) que indicou ter comprado ~~droga~~ a pedra do réu; que o usuário também foi conduzido a delegacia; que a droga estava próxima a ele; (...) que não existiam outras pessoas perto do acusado no momento da abordagem".

O PM George Henrique Bezerra da Silva, em juízo, ratificou: "que estavam fazendo, juntamente com sua equipe, patrulhamento no bairro dos Coelhos, e se depararam com um individuo que estava portando uma pedra de crack; que esse individuo informou que comprou a pedra a um outro, citando as características deste; que diligenciando chegaram ao acusado; que o depoente estava dirigindo a viatura, e os colegas que fizeram a abordagem do acusado lhe disseram que a droga encontrada estava com o acusado; (...) que quando avistaram o acusado, ele estava sozinho no local; que o usuário ratificou na delegacia que havia comprado drogas do acusado".



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

Além disso, o próprio apelante na delegacia confessou vender crack desde os dezesseis anos de idade, apresentando a seguinte justificativa: *"que o mesmo confessa a prática do crime de tráfico e que vende crack desde os dezesseis anos; que não é um vendedor contumaz, pois vende uma vez ou outra, quando quer comprar uma coisa para ele, uma roupa, um sapato, etc.; que estava vendendo cada pedra de crack a dez reais e que já conseguido hoje o dinheiro suficiente para comprar roupa; que perguntado quanto era o dinheiro suficiente para comprar roupa, o mesmo respondeu que era a quantia de R\$ 200,00 (...)"*.

A propósito, o depoimento acima foi presenciado e assinado pelo genitor do apelante.

Registre-se, outrossim, que o apelante não arrolou testemunhas de defesa.

Demais disso, ao contrário do que alega a defesa, o depoimento de policiais tem valor probante, sobretudo quando prestados sob o crivo do contraditório e amparados em outros meios de prova, como no caso dos autos.

Afasto, portanto, o pedido absolutório.

Passo, então, a examinar a dosimetria da pena.

A pena base foi fixada pouco acima do mínimo legal, isto é, em 06 anos de reclusão, por ter entendido o julgador serem desfavoráveis ao apelante as seguintes circunstâncias judiciais do art. 59 do CP: culpabilidade, conduta social, personalidade do agente, motivos e circunstâncias do crime.

Diante do número de circunstâncias desfavoráveis ao apelante, entendo que a pena base está mais que justificada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

Ressalte-se que a natureza e a quantidade de droga apreendida no caso concreto (12,285 gramas de crack), por si só, autorizam a elevação da pena base.

Na sequência, agiu corretamente o magistrado ao aplicar a atenuante prevista no art. 65, I, do CP, em virtude do agente contar com menos de 21 anos de idade a época do fato criminoso, minimizando a pena em 06 meses de reclusão, alcançando 05 anos e 06 meses de reclusão.

A pena supracitada foi convertida em definitiva, por ter entendido o magistrado processante inexistirem agravantes, minorantes e majorantes a serem aplicadas.

Nesse ponto, corroboro do posicionamento do juiz sentenciante no sentido de que o apelante não faz *jus* a minorante prevista no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, por não atender os requisitos necessários à sua concessão.

É que, levando em conta que o apelante responde a outra ação penal perante a 1ª Vara de Entorpecentes da Capital, tombada sob o nº 73418-37.2011, entendo que o mesmo não é detentor de bons antecedentes.

Nesse sentido, trago à colação precedente do STF:

EMENTA: ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNÇÃO PRECÍPUA DO STF. INQUÉRITOS POLÍCIAS E AÇÕES PENAS EM CURSO. MAUS ANTECEDENTES PARA A FIXAÇÃO DA PENA. NÃO OFENDE AO PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I-(...)

II-(...)

III- Inquéritos policiais e ações penais em andamento configuram, desde que devidamente fundamentados, maus antecedentes para efeito da fixação da pena-base, sem que,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

**com isso, reste ofendido o princípio da presunção de não-culpabilidade.**

IV- Agravo regimental improvido. G. n.( AI- AgR 604041/RS, Relator: Min Ricardo Lewandowski, Julgamento 03/08/2007, Primeira Turma).

Também nesse sentido vem se pronunciando o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

Ementa: Apelação. Art. 157, §2º, I e II, c/c art 14, II do Código Penal. Recurso Defensivo com preliminar de nulidade por violação ao princípio do juiz natural pela redistribuição do processo a Vara Criminal criada após a prática do delito, e, no mérito, com alegações de ocorrência de desistência voluntária, de impossibilidade de considerar inquéritos e ações em andamento como maus antecedentes, e pedidos de anulação do processo, de desclassificação do delito para o do art. 146 do Código Penal, e, subsidiariamente, de fixação da pena base no mínimo legal e de fixação do quantum de aumento em razão das duas causas de aumento no mínimo legal, e de fixação do quantum de aumento em razão das duas causas de aumento no mínimo de 1/3 (um terço).(.....). **A circunstância de os apelantes responderem a inquéritos policiais e existirem ações penais em curso traduz maus antecedentes, devendo ser considerada como circunstância judicial desfavorável a embasar a fixação da pena acima do mínimo.** Se estão presentes duas causas de aumento de pena, o aumento de pena de 3/8 (três oitavos) é adequado. Preliminar rejeitada e provido parcialmente o recurso. (apelação criminal nº 508/09, Relator: Dês. Ângelo Moreira Gliocche, Julgamento 15/04/2009, Oitava Câmara Criminal

Mantenho o regime inicialmente fechado para cumprimento da pena, por entender que o exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP assim recomenda (art. 33, §3º, do CP).

Permanecendo inalterada a reprimenda do apelante, não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direito.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

E, por último, nego ao apelante o direito de recorrer em liberdade pelas muito bem postas razões lançadas pelo magistrado singular na sentença: *"Não concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, pois o mesmo, como já exposto exaustivamente alhures, foi solto por liberdade provisória neste processo em 16.12.2011 e apenas 2 dias depois (!) foi novamente preso em flagrante (fl. 70), demonstrando renitência no cometimento de condutas contra a ordem pública, presente, pois, o periculum libertatis. Assim, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do réu"*.

Nada a reparar, portanto.

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao apelo**, mantendo integralmente a sentença condenatória.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.

**JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA**  
**Relator Convocado**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0073418-37.2011.8.17.0001 (309467-7)

COMARCA: RECIFE – PE 2ª Vara de Entorpecente

APELANTE: KLEITON CORREIA SILVA

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

**VOTO DE REVISÃO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O advogado Diego Roberto Cavalcante de Albuquerque Ugiette interpôs recurso de apelação em favor de **KLEITON CORREIA DA SILVA** contra sentença condenatória de fls 99/107, proferida pelo juiz da 2ª Vara dos Feitos relativos a entorpecente da comarca da Capital.

A defesa busca a absolvição do apelante ao argumento de que inexistente prova suficiente para a condenação alegando exacerbação da pena; pugnando pela fixação de regime menos gravoso e concessão da benesse prevista no § 4º do art. 33 da lei antidrogas e substituição por restritiva de direitos.

Cuida-se de crime de ação múltipla ou de conteúdo variado, de perigo abstrato, que não exige dano para sua configuração, devendo a conduta do agente adequar-se num dos 18 núcleos previstos no dispositivo.

Com efeito, a propriedade da droga recai na pessoa do apelante conforme se extrai da prova oral produzida por oportunidade do contraditório.

Anote-se que é válido os depoimentos de policiais quando prestado sob o crivo do contraditório não contraditado por qualquer das partes. Esse é o entendimento já pacificado na jurisprudência. Como meio de prova é também entendimento já sumulado neste E. Tribunal de Justiça.

Na hipótese, a negativa de autoria não possui qualquer respaldo probatório diante dos elementos de prova coligidos aos autos que evidencia que a propriedade da droga recai na pessoa do apelante. A autoria delitiva ressoa indubitosa porquanto demonstrada pelo conjunto probatório a culpabilidade do recorrente no evento criminoso. A materialidade é inconteste.

A versão que apresentou é frágil e não guarda sintonia com a prova dos autos e outros elementos. A tese defensiva restou sufocada pela prova do inquérito até a fase judicial comprobatória dos fatos descritos na denúncia.

Registre-se, que o recorrente na fase judicial declarou ser usuário em maconha, contudo, fora preso na posse de 40 pedras de crack. Então se conclui que se destinava ao comércio ilegal. A assertiva é corroborada pela confissão que fez na fase do inquérito de que vendia droga desde os dezesseis anos de idade.

Há que ressaltar que a conduta imputada se enquadra numa das hipóteses do art. 33 da lei antidrogas. A quantidade e natureza da droga (40 pedras de crack) denota que não se destinava ao consumo pessoal, mas a mercância.

No caso em apreço, a fixação da dosimetria da pena-base fixada seis meses acima do mínimo legal da pena cominada ao crime não é exacerbada. Pois as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP bem analisadas e sopesadas e respeitada à margem de discricionariedade conferida ao julgador devidamente fundamentada levou em consideração as circunstâncias preponderantes previstas no art. 42 da lei antidrogas.

É descabida a tese defensiva de insuficiência de prova quando não demonstrado, de maneira inequívoca, os fatos alegados. Já que a prova da alegação incumbirá a quem a fizer (CPP, art. 156), e evidenciado que a propriedade da droga recai na pessoa do recorrente.

Na hipótese, o pleito pela aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4.º do art. 33 da lei antidrogas é inaplicável, posto que consignado na sentença condenatória que o apelante não preenche os requisitos legais, tendo em vista se dedicar à atividade criminosa.

O pleito pela substituição da reprimenda é incabível, sobretudo, considerando a quantidade de pena imposta (cinco anos e seis meses de reclusão), a teor do que dispõe o art. 44, I, do Código Penal.

No que diz respeito à fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, observo que as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não foram todas favoráveis. Assim, não obstante a pena tenha sido fixada em 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão, a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis autorizam a fixação do regime mais gravoso. EDcl no AgRg no REsp 1301196/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 24/10/2013).

Ante o exposto, o meu voto é para negar provimento ao apelo, mantendo-se na íntegra a sentença, ora guerreada.

**É COMO VOTO**